

7. PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO

O Plano de Relacionamento com a População (Plano 7), responsável pela elaboração e desenvolvimento das estratégias de interação entre a Norte Energia com a sociedade, é composto por três Programas, em conformidade com a atual Etapa da UHE Belo Monte, na qual a geração de energia já é uma realidade e a entrada progressiva das unidades geradoras até atingir a capacidade instalada plena do empreendimento se aproxima de sua conclusão. São os Programas de Interação Social e Comunicação (7.2), de Educação Ambiental (7.3) e de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)¹.

Ressalta-se a importância do Plano 7 ao longo da execução do Projeto Básico Ambiental (PBA), visto que é de sua responsabilidade a interação com a população em geral e com as instituições da sociedade civil, assim como pelo levantamento e análise das alterações socioeconômicas nas Área de Influência Direta (AID) e Indireta (AII) da UHE Belo Monte. Esse papel estratégico permanece, mas a forma de trabalho tem evoluído diante da nova realidade na qual o empreendimento se insere. Nesse sentido, as ações de esclarecimento à sociedade são constantemente aprimoradas e direcionadas aos segmentos sociais mais sensíveis ao momento atual da UHE Belo Monte. Dessa forma, no caso da comunicação e interação social, as ações estratégicas se voltaram notadamente à área urbana de Altamira, por conta das ligações intradomiciliares da rede de água e esgoto, sob responsabilidade da Norte Energia, e aos moradores da Volta Grande do Xingu, devido às variações na vazão do rio Xingu.

Assim, o Programa de Interação Social e Comunicação (7.2) permanece com seu papel transversal aos demais Programas e Projetos do PBA, e continua a assessorá-los tanto na interação com a sociedade, quanto nas interfaces. Neste caso, participa das reuniões comunitárias, além de qualificar e orientar os executores dos demais Programas e Projetos nas questões relativas às técnicas de comunicação social. Além disso, em Altamira contribui com suporte técnico no processo de implantação das ligações intradomiciliares de água e esgoto, se responsabilizando por todo o processo de interação social, criação de material de comunicação e sua divulgação nos meios de comunicação, sendo que a implantação está sob responsabilidade do Projeto de Saneamento (5.1.9).

¹ O Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1) foi encerrado em dezembro de 2015. Teve papel estratégico para o cadastramento de população migrante e local interessada em trabalhar nas obras civis, desde 2011, e nas obras do entorno, num segundo momento (em 2015). Além disso, identificava migrantes em situação de vulnerabilidade social, que eram encaminhados ao Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2). Seus dados também eram utilizados como uma das variáveis consideradas nas projeções demográficas da AID, visto que identificava com clareza aqueles diretamente contratados pelas obras civis que vinham acompanhados ou não de familiares, parentes ou amigos.

Na Volta Grande do Xingu, o Programa 7.2 se mostra igualmente fundamental, notadamente na interação com a população do Trecho de Vazão Reduzida (TVR) em dois momentos: o período de seca e o de chuvas. Isso decorre por conta de a utilização do volume das águas do reservatório para a geração de energia ser diferenciada nesses períodos. Além disso, o nível de água pode ainda variar pelo eventual desligamento das turbinas, determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), bem como para garantir que o Hidrograma Ecológico de Consenso seja respeitado. A população local e os diversos segmentos sociais e instituições que compõem o público de interesse devem estar devidamente informados, de modo a ter consciência da relação entre o empreendimento e a realidade vivenciada. Com isso, eles podem tomar os devidos cuidados com seus equipamentos, caso isso se mostre necessário, bem como interagir com o meio de forma adequada.

Essas estratégias de comunicação e interação social desenvolvidas pelo Programa 7.2 permitem atenuar os possíveis ruídos de comunicação que possam gerar desconforto aos envolvidos. Assim, todas as manobras da UHE, por exemplo, são divulgadas com antecedência e acompanhadas junto à população, a fim de não gerar expectativas negativas por conta de desinformação. O Programa também busca maior interface com os Projetos dos meios físico e biótico (cujo monitoramento da Volta Grande é de fundamental importância), quando da necessidade de transmitir informações técnicas à população.

Outro Programa que pressupõe interação social, e que trabalha em interface com o Programa 7.2, é o Programa de Educação Ambiental - PEA (7.3). Este último, mesmo tendo seu cronograma concluído no PBA em 2015, tem previsão de continuidade ao longo do período de concessão do empreendimento, na lógica fundamentada na intersecção da Educomunicação com o Programa 7.2. Assim, as ações do PEA têm continuidade no reconhecimento do público-alvo como sujeito do processo socioeducativo, levando em consideração o protagonismo das comunidades alcançadas por suas atividades. Nesse sentido, o PEA incentiva e fortalece o sujeito ação capaz de transformar e construir novas e ricas experiências sociopolíticas e econômicas em sua percepção e interação com o meio ambiente e a nova dinâmica advinda da implantação e operação da Usina.

Dessa forma, as ações de educação ambiental estão sendo desenvolvidas dentro dos preceitos de Educomunicação, entendido como o estímulo do protagonismo social por meio da produção participativa de conteúdos tanto no âmbito da Campanha Águas do Xingu, com a produção audiovisual, quanto na parceria com o Centro Regional de Educação Ambiental do Xingu (CREAX). Neste caso, com a elaboração do conteúdo das palestras, de *spots* de rádio e também da multiplicação de técnicas e práticas sustentáveis por meio das oficinas. Para tanto, foram utilizados linguagens e instrumentos de arte e comunicação. Ou seja, a interface com a comunicação e a interação social, desenvolvida pelo Programa 7.2, se mostra fundamental, pois ambos os Programas interagem e trabalham com o mesmo público, além do fato de a Educomunicação ser o encontro da educação ambiental com a comunicação e diversas mídias, desenvolvidas de maneira colaborativa e interdisciplinar.

Trata-se, portanto, de um processo de construção que irá evoluir na operação plena da UHE Belo Monte para um Programa de Educomunicação, conforme preconiza a Resolução 422/2010 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), onde estarão contemplados o PEA e o Programa 7.2, assim como sua intersecção de ações interdisciplinares. Assim, metodologicamente, as ações de educação ambiental são fundamentadas na aprendizagem por meio da participação, isto é, da ação e consolidação do senso crítico socioambiental, devidamente apoiada pela organização social já existente, como se poderá constatar nas ações desenvolvidas pelo CREAX. Esta instituição foi criada sob os auspícios do Programa 7.3, que ainda a assessora técnica e metodologicamente. Assim, ao trabalhar em sincronia com o Programa 7.2, busca-se o fluxo continuado e sistemático de informações qualificadas e transparentes de tudo que envolva a UHE Belo Monte.

Ressalte-se que o desenvolvimento dos trabalhos, baseado na conscientização de questões ambientais e no protagonismo social, já pode ser constatado por intermédio de resultados concretos. No caso das áreas urbanas de Altamira, dentre as ações do CREAX (em parceria com a Norte Energia e apoiados pelo Programa 7.3), a instituição se responsabilizou pelo Projeto “Saneamento Básico: Cuide, Faça a sua Parte”. Para tanto, realizou mobilizações, palestras e oficinas de orientação para a correta utilização dos equipamentos hidrossanitários, que se mostram de fundamental importância com as ligações das casas à rede de água e esgoto da sede municipal.

Na Volta Grande do Xingu, o Programa 7.3 desenvolveu trabalhos junto ao público formal por meio da Campanha Socioeducativa Águas do Xingu, bem como auxiliou as comunidades a superar dificuldades encontradas em relação à gestão dos resíduos sólidos, uma vez que, na maioria dos casos rurais, a coleta é inexistente e não há alternativas.

Como se poderá constatar ao longo deste Relatório Consolidado (RC), as atividades foram realizadas com alunos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) Luiz Rebelo, na comunidade da Ressaca, e do Evangelho, em Belo Monte. Saliente-se que a população não foi negligenciada. Pelo contrário, dentre as atividades dos alunos, que culminaram com dois vídeos produzidos em cada escola, encontram-se o estudo de meio e a identificação de protagonistas relacionados ao tema, e que são moradores locais. Estes foram entrevistados pelos alunos, contribuindo com seus saberes e informações do meio, para que os próprios alunos pudessem se conscientizar acerca da realidade local, bem como construir o roteiro e realizar a produção dos vídeos, sob orientação da equipe do Programa 7.3.

Portanto, coube ao PEA criar os meios necessários tanto para a interação social entre os alunos e a população local, quanto para pensar a realidade na qual se encontram inseridos. A partir desse processo e utilizando-se de técnicas de comunicação e de educação, puderam manifestar de forma criativa esse saber adquirido. Os vídeos resultantes dos trabalhos do Programa 7.3 foram exibidos em videoclubes com recepção significativamente positiva pelos próprios moradores locais. Enfim, as atividades pressupõem protagonismo, interação social, educação, comunicação e questões ambientais fundamentais e afetas a todos os participantes.

Complementarmente o Plano 7, por intermédio do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), continua a monitorar os impactos (positivos e negativos) da UHE Belo Monte, levantando e analisando indicadores socioeconômicos. No entanto, nesta nova fase do empreendimento, pós Licença de Operação (LO), alguns indicadores foram revistos, sendo que alguns deixaram de ser considerados e outros reestruturados, com a anuência do Ibama, conforme o Parecer Técnico (PT) OF 02001.001546/2017-50 COHID/IBAMA.

Dentre os indicadores que permaneceram, pelo fato de que continuam com sua natureza estratégica, encontram-se as projeções demográficas, que apontam para um declínio de população em Altamira e Vitória do Xingu, influenciado pela desmobilização da mão de obra e pela saída de população direta e indiretamente atraída pela UHE Belo Monte. Nesse sentido, saliente-se a importância da interface do Programa 7.4 com o Programa de Desmobilização de Mão de Obra - PDMO (3.6), que monitora e realiza pesquisas amostrais com os trabalhadores desmobilizados, divididos em regionais (oriundos do Pará) e não regionais (das demais localidades). Isso permite que o Programa 7.4 possa avaliar a contribuição da população diretamente atraída pelo empreendimento no saldo migratório que permaneceu (notadamente) em Altamira e Vitória do Xingu mesmo após a desmobilização, o que já era previsto pela projeção demográfica desde 2012, ainda que em contingentes superiores àqueles que vêm sendo efetivamente verificado pelo Programa 7.4, e ratificado pelo PDMO. Quanto à população indiretamente atraída, o saldo migratório continua a ser estimado.

Os demais indicadores que continuam a ser monitorados² permitem à Norte Energia o planejamento de ações, juntamente com as municipalidades, instituições públicas e privadas. Isso permite igualmente responder às demandas da sociedade civil em relação aos impactos nos equipamentos e serviços públicos do afluxo populacional. Portanto, o Programa 7.4 mantém o seu papel estratégico ao empreendimento.

Por fim, saliente-se que o Plano de Relacionamento com a População está atento (por intermédio dos Programas 7.2, 7.3 e 7.4) para identificar a ocorrência de um eventual afluxo em Altamira e no TVR, por conta da perspectiva de implantação de outro empreendimento na AID, com o projeto de mineração de ouro da empresa Belo Sun, no município de Senador José Porfírio. Ou seja, são possíveis impactos que não se relacionam à UHE Belo Monte como sua fonte geradora.

² Dentre os indicadores se pode mencionar, dentre outros: a evolução de matrículas e a suficiência de vagas nas escolas públicas urbanas e rurais de interesse (na AID); os dados de segurança pública; de assistências social; do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente; de arrecadação e receitas municipais, estes últimos também para a AII; e dos dados da Pesquisa de Condições de Vida (PCV), realizada anualmente na sede urbana de Altamira com a população não remanejada.